



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

12/06/2012

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADORES.....	3
2.2. POSSE.....	4
2.3. SEM ASSUNTO.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6 - 7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. POSSE.....	8 - 9
4.2. SEM ASSUNTO.....	10 - 11

Corregedor anuncia instalação de posto para reconhecimento de paternidade



O corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, (foto) anunciou durante o Casamento Comunitário realizado na Vila Esperança, que a partir do próximo dia 4 de julho, estará em funcionamento um posto exclusivo para o reconhecimento de paternidade no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau.

PÁGINA 3

Corregedor anuncia instalação de posto para reconhecimento de paternidade



Corregedor-geral de Justiça, Cleones Cunha

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, anunciou durante o Casamento Comunitário realizado na Vila

Esperança, que a partir do próximo dia 4 de julho, estará em funcionamento um posto exclusivo para o reconhecimento de paterni-

dade no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. A iniciativa surgiu com o projeto Pai Presente, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cleones Cunha lembrou que muitas ações de reconhecimento de paternidade foram realizadas no programa Ação Global, do Sesi, que aconteceu no campus da Universidade Federal do Maranhão, bem como nas comarcas de Açailândia e Santa Inês, onde as magistradas titulares organizaram eventos para incentivar o reconhecimento de paternidade voluntário. O corregedor destacou, ainda, que o Pai Presente é um projeto de largo alcance social, já que estabelece total cidadania para aqueles que não têm o nome do pai no registro de nascimento.

"Só quem não tem o nome do pai no registro sabe o que isso significa, porque é vítima de preconceito, é alvo de discriminação. Ninguém pediu para ser filho desse ou daquele pai e todo mundo deve ter esse reconhecimento", disse Cleones Cunha. De acordo com o corregedor, os pais deverão comparecer ao posto do fórum, após 4 de julho, munidos de documentos pessoais e do registro de nascimento do filho para regularizar a situação.

O reconhecimento de paternidade é feito a custo zero, e as mães, cujos filhos estejam nessa situação, e que os pais não queiram fazer o reconhecimento, deverão procurar a Justiça para que seja iniciado o processo competente.

Rápida

Pós-graduação

GRAJAÚ - O juiz Holidice Cantanhede Barros, que reassumiu ontem suas funções na 1ª Vara de Grajaú, apresentou ao presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), Antonio Guerreiro Jr., o relatório final das atividades

do curso de pós-graduação *Master of Laws*, para obtenção do grau de mestre, na Universidade de Illinois, instituição tradicional no estudo da análise econômica do Direito dos Estados Unidos. Guerreiro Jr. parabenizou o magistrado pelo êxito obtido na graduação, ocorrida de

agosto de 2011 a maio de 2012, e concluída em 13 de maio deste ano. "A aplicação da economia no Direito gera decisões judiciais mais coerentes, mais sólidas, baseadas em dados empíricos, e tem um alcance amplo, que pode abranger grandes questões econômicas.

- **Empossado** ontem o novo juiz do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Timon, Rogério Monteles Costa, promovido pelo critério de antiguidade.

Rápidas

Posto I

O **corregedor-geral** de Justiça, desembargador Cleones Cunha, anunciou durante o Casamento Comunitário, realizado na Vila Esperança, que a partir do próximo dia 4 de julho, estará em funcionamento um posto exclusivo para o reconhecimento de paternidade no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. A iniciativa surgiu com o projeto Pai Presente, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Posto II

Cleones Cunha lembrou que muitas ações de reconhecimento de paternidade foram realizadas no programa Ação Global, do Sesi, que aconteceu no campus da Universidade Federal do Maranhão, bem como nas comarcas de Açailândia e Santa Inês, onde as magistradas titulares organizaram eventos para incentivar o reconhecimento de paternidade voluntário.

■ PROCESSO ELETRÔNICO

Mais agilidade na justiça

A utilização do processo eletrônico possibilitará a interligação das comarcas, além de eliminar o uso de papel e dispensar o serviço de transporte

SANDRA VIANA

Agilidade, modernidade e acessibilidade. São os benefícios prometidos pelo sistema de processo Judicial Eletrônico (PJE) a ser implantado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) nas comarcas. O programa vai servir como base da análise aos processos judiciais e começa a operar no município da Raposa a título de projeto piloto. O teste, que inicia no segundo semestre deste ano, tem duração de 90 dias. A previsão do TJ é que em cinco anos o sistema seja instalado em todas as comarcas do Estado.

A partir da utilização do sistema será excluído o processo em papel e dispensado o serviço de transporte deste material. Outra vantagem será a interligação das comarcas que passarão a compartilhar de todos os processos simultaneamente, além de acesso facilitado aos agentes envolvidos na relação processual por meio da certificação digital. O PJE foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2009 e implantado pela primeira vez ano passado em algumas capitais. A implantação do programa está orçada em R\$ 94 milhões.

O município da Raposa foi escolhido pela sua proximidade com a capital e por possuir apenas uma comarca, o que facilitará as avaliações, o controle dos processos avaliados e a reparação de possíveis falhas. É o que explica o diretor de *Informática do TJ*, Paulo Rocha Neto. "Escolhemos uma comarca de entrada inicial e tornará mais viável acompanhar o funcionamento do sistema e fazer eventuais correções", disse Neto. Com a instalação do PJE o sistema de processos passará todo a ser virtual. Os processos em papel serão registrados no sistema e não haverá mais necessidade do transporte de material. Com isto, as análises processuais chegam aos interessados com mais agilidade e

diminuí o tempo de acesso. Em 2013 o sistema será implantado na sede do TJ e nas comarcas de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, seguindo até 2017 nas outras unidades.

O sistema terá capacidade ilimitada de armazenamento e o acesso se dará por certificação digital, ferramenta utilizada mundialmente e que garante a autenticidade dos documentos registrados. O sistema vai permitir que os envolvidos nos processos – advogados, Defensoria, magistrados, servidores – possam, além de acessá-lo realizar alterações de acordo com sua competência. "Atualmente são feitos apenas os registros dos atos, mas os processos permanecem no papel. Não manusearemos mais papel, nem pastas, que acabam acumulando. Isso que irá acabar e a agilidade vai aumentar consideravelmente", ressaltou o Paulo Neto.

Estrutura

Para a implantação do sistema foi necessária a criação de um centro de dados no Tribunal de Justiça do Maranhão, a contratação de uma nova rede de dados para interligar as comarcas com o tribunal e a

aquisição de equipamentos. Entre estes, um aparato em computadores, scanners e impressoras para intercambiar as unidades. Cada comarca receberá equipamentos em acordo com sua demanda. O processo inclui ainda gastos com a certificação digital, digitalização, capacitação, homologação e implantação. Com o sistema, a guarda do processo sai do escrivão/diretor para o setor de Tecnologia da Informação (TI) do Tribunal. O fluxo do processo será definido pela área judiciária com integração de outros órgãos, como Receita Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O sistema foi apresentado pelos membros do Comitê de Comitê de Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) formado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior e pelos desembargadores Cleones Cunha (corregedor geral da Justiça), Jorge Rachid, Stélio Muniz e José Luiz Almeida. Conheceram ainda o sistema os juízes auxiliares José Nilo Ribeiro (presidência), Te-reza Mendes (Corregedoria) e magistrados.

94

milhões é o custo para informatizar o sistema processual do TJ - MA

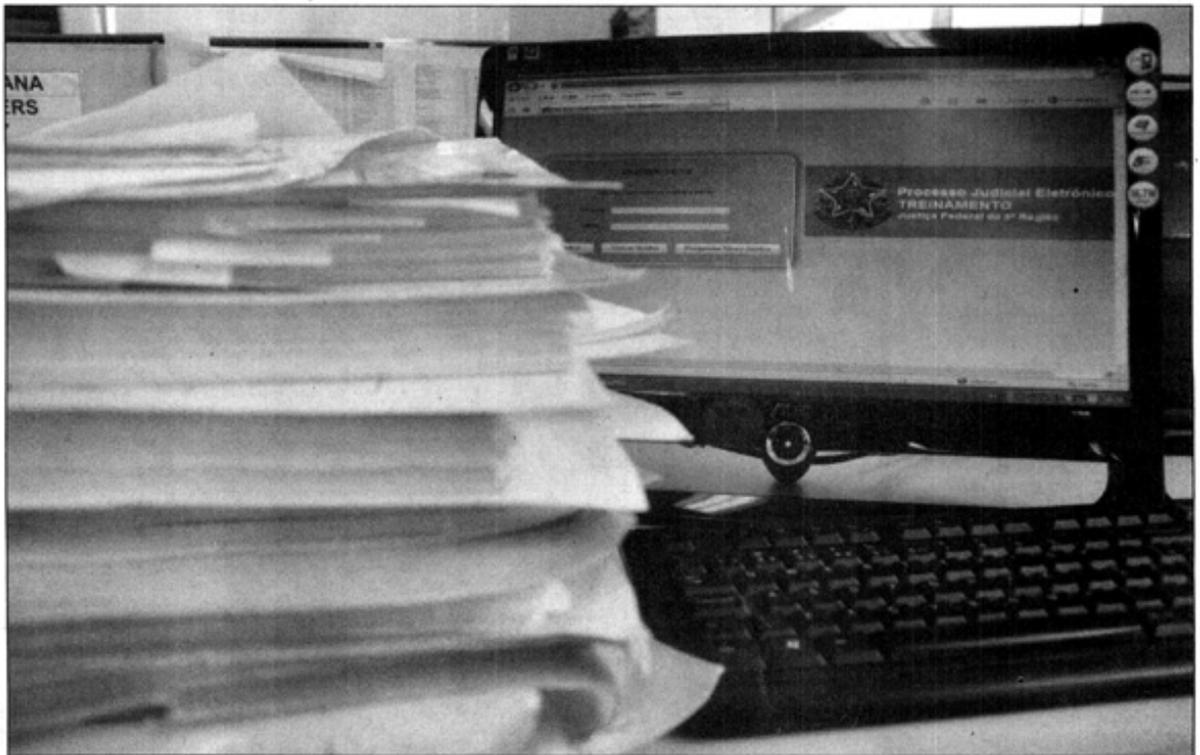
5

anos é o prazo para implantação em todo o estado



Escolhemos uma comarca de entrada inicial e tornará mais viável acompanhar o funcionamento do sistema e fazer eventuais correções

Paulo Rocha Neto,
diretor de Informática do TJ



Projeto piloto será iniciado no município da Raposa. A previsão do TJ é que em cinco anos o sistema seja instalado em todas as comarcas do Maranhão

Rogério Costa é o novo titular do Juizado Especial de Timon

Tomou posse nesta segunda-feira (11), o novo juiz do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Timon, Rogério Montales Costa, promovido pelo critério de antiguidade.

O magistrado foi empossado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que desejou sucesso ao magistrado na nova jornada profissional. O juiz Nelson Rego prestigiou a solenidade de posse.

Rogério Costa – que vinha exercendo suas atividades judicantes em Matões – afirma não ter deixado nenhuma pendência naquela comarca, tendo uma operosidade positiva com o apoio dos servidores.

Carreira – Ele ingressou na magistratura em 2003 como juiz substituto, e de março de 2004 a agosto de 2007, trabalhou em São Raimundo das Mangabeiras, período em que foi titularizado. Em 2007 foi removido para Tuntum, seguindo para Barão de Grajaú, em 2008, e Matões, em 2010.

Atuou durante três anos na comarca de Timon, para onde retorna como titular. “Espero oferecer um bom serviço jurisdicional junto com os servidores que já conheço e sei da dedicação ao trabalho”, salienta.

TIMON

Rogério Costa é o novo juiz titular do Juizado Especial

Tomou posse ontem (11), o novo juiz do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Timon, Rogério Monteles Costa, promovido pelo critério de antiguidade.

O magistrado foi empossado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que desejou sucesso ao magistrado na nova jornada profissional. O juiz Nelson Rego prestigiou a solenidade de posse.

Rogério Costa – que exercia suas atividades judicantes em Matões – afirmou não ter deixado nenhuma pendência naquela comarca, tendo uma operosidade

positiva com o apoio dos servidores.

Carreira – Ele ingressou na magistratura em 2003 como juiz substituto, e de março de 2004 a agosto de 2007, trabalhou em São Raimundo das Mangabeiras, período em que foi titularizado. Em 2007 foi removido para Tuntum, seguindo para Barão de Grajaú, em 2008, e Matões, em 2010.

Atuou durante três anos na comarca de Timon, para onde retorna como titular. “Espero oferecer um bom serviço jurisdicional junto com os servidores que já conheço e sei da dedicação ao trabalho”, salientou.

DIVULGAÇÃO



Rogério assina o ato de posse observado pelo presidente Guerreiro Júnior e pelo juiz Nelson Rego

Corregedor anuncia instalação de posto para reconhecimento de paternidade

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, anunciou durante o Casamento Comunitário realizado na Vila Esperança, que a partir do próximo dia 4 de julho, estará em funcionamento um posto exclusivo para o reconhecimento de paternidade no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. A iniciativa surgiu com o projeto Pai Presente, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cunha lembrou que muitas ações de reconhecimento de paternidade foram realizadas no programa Ação Global, do Sesi, que aconteceu no campus da Universidade Federal do Maranhão, bem como nas comarcas de Açailândia e Santa Inês, onde as magistradas titulares organizaram eventos para incentivar o reconhecimento de paternidade voluntário. O corregedor destacou, ainda, que o Pai Presente é um projeto de largo alcance

social, já que estabelece total cidadania para aqueles que não têm o nome do pai no registro de nascimento.

“Só quem não tem o nome do pai no registro sabe o que isso significa, porque é vítima de preconceito, é alvo de discriminação. Ninguém pediu para ser filho desse ou daquele pai e todo mundo deve ter esse reconhecimento”, disse Cleones Cunha. De acordo com o corregedor, os pais deverão comparecer ao posto do fórum, após 4 de julho, munidos de documentos pessoais e do registro de nascimento do filho para regularizar a situação.

O reconhecimento de paternidade é feito a custo zero, e as mães, cujos filhos estejam nessa situação, e que os pais não queiram fazer o reconhecimento deverão procurar a Justiça para que seja iniciado o processo competente.

Paternidade

Com o sucesso do projeto Pai Presente, o desembargador Cleones Cunha determinou a criação de um posto exclusivo para o reconhecimento de paternidade no Fórum do Calhau que começa a funcionar em 4 de julho próximo. A Corregedoria Geral de Justiça registrou muitas ações de reconhecimento no programa Ação Global, realizado recentemente na Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, no Bacanga.